

O que pensam os Parlamentares sobre a Reforma Política?

A presente pesquisa - uma iniciativa do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) em parceria com o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) - foi realizada por intermédio da Strategos (Empresa Júnior de Consultoria Política da UnB).

A pesquisa a respeito de uma possível reforma política foi abordada sob a perspectiva de oferecer suporte aos movimentos sociais para dialogar com o Parlamento acerca de mudanças estruturais nos sistemas político e eleitoral.

Em amostra com 150 parlamentares formadores de opinião no Congresso, com proporcionalidade partidária, de gênero e regional, as instituições colheram a opinião dos deputados e senadores sobre temas como vigência da reforma, lista pré-ordenada, financiamento público de campanha, voto distrital, fidelidade partidária, coligações, duração de mandatos, ações afirmativas, entre outros pontos polêmicos.

A pesquisa - com 16 perguntas de múltipla escolha traz uma radiografia do Parlamento a respeito das chances de a reforma política prosperar nesta legislatura.

Esta pesquisa estará disponível nos portais (www.inesc.org.br, www.diap.org.br e www.strategos.org.br)

Algumas leituras possíveis sobre os resultados da pesquisa com parlamentares sobre a reforma política:

1. As **mudanças na regras eleitorais** e partidárias devem vigorar a partir de 2010.
2. Há uma preferência pelo **sistema de lista pré ordenada** em relação a lista aberta, como é hoje. Mas a preferência é pela lista pré ordenada com a possibilidade do/a eleitor/a alterar a lista.
3. Sobre a **inelegibilidade**, a maioria considera que deve ficar como está, ou seja, será inelegível o/a candidato/a julgado e condenado em última instância.

4. Com relação ao **voto distrital** há uma predominância do sistema misto, com a votação na lista e no candidato do distrito, sendo que o/a eleitor/a tem direito a dois votos.
5. As **coligações** devem permanecer somente para os cargos majoritários.
6. Os parlamentares pesquisados defendem, na sua maioria, a constituição de **federações partidárias** na hipótese do fim das coligações proporcionais
7. O **financiamento** das campanhas deve ser exclusivamente público.
8. Em relação a **fidelidade partidária** não se tem uma maioria significativa entre os que defendem a relativa (o parlamentar perder o mandato somente na hipótese de mudança de legenda sem motivo relevante) e a ampla (perda do mandato em caso de mudança de partido ou desrespeito as diretrizes partidárias).
9. A maioria é favorável à **janela na fidelidade** para mudança de partido.
10. Com relação à **duração dos mandatos** a maioria escolheu ampliar para cinco anos sem reeleição, seguido da opção de manter a sistemática atual.
11. No quesito **reeleição** a opinião majoritária é a proibição para o executivo.
12. A maioria é contra a ampliação e uma nova regulamentação para os mecanismos de **democracia direta**. Defende o que já está previsto.
13. A **cláusula de barreira** saiu vencedora, com a proibição de ocupar vagas para o partido que não atingir o mínimo de representatividade.
14. Quanto à **representação dos povos indígenas** a grande maioria defende o atual sistema de concorrência de índios e não índios.
15. Os parlamentares reconhecem a baixa **representação dos/as negros/as**, mas não querem alterar as regras atuais.

A posição contra a reserva de **vagas por sexos** obteve a maioria.